



**ANEXO 2 – FORMAÇÃO INICIAL REGIONAL CONCENTRADA – CURSO  
 REGIONAL DE FORMAÇÃO INICIAL – FICHAS DE CONTEÚDO**

<b>EIXO ETICIDADE</b>	
<b>ÉTICA PROFISSIONAL APLICADA</b>	
<b>CONTEÚDO</b>	Dilemas éticos, contexto e rotinas profissionais.
<b>CARGA HORÁRIA</b>	6 horas
<b>OBJETIVOS</b>	Examinar possíveis dilemas éticos profissionais em seu contexto regional.
<b>EMENTA</b>	Dilemas éticos, contexto e rotinas profissionais: carga de trabalho e diligência profissional, progressão funcional (promoção), vestes talares (toga), urbanidade e erro judiciário.
<b>ÉTICA PROFISSIONAL APLICADA</b>	
<b>CONTEÚDO</b>	Consequencialismo decisório.
<b>CARGA HORÁRIA</b>	3 horas
<b>OBJETIVOS</b>	Examinar as diferentes e possíveis consequências das decisões judiciais.
<b>EMENTA</b>	Consequencialismo decisório.
<b>DEVER DE RESERVA E LIBERDADES INDIVIDUAIS</b>	
<b>CONTEÚDO</b>	Redes sociais.
<b>CARGA HORÁRIA</b>	7 horas



Escola Nacional de Formação  
e Aperfeiçoamento de  
Magistrados do Trabalho

<b>OBJETIVOS</b>	Examinar a correlação entre a vida privada e a vida pública e seu impacto na atuação da magistrada e do magistrado, analisando especificamente sua participação nas redes sociais. Conhecer as normas pertinentes e dominar as regras básicas de uso das redes sociais.
<b>EMENTA</b>	Vida privada e vida pública: redes sociais.
<b>CIDADANIA E ESPAÇO PÚBLICO</b>	
<b>CONTEÚDO</b>	Vida pública e participação política.
<b>CARGA HORÁRIA</b>	3 horas
<b>OBJETIVOS</b>	Examinar a participação do juiz no espaço público enquanto cidadão.
<b>EMENTA</b>	Vida pública, participação política e engajamento social.
<b>LABORATÓRIO DE ETICIDADE</b>	
<b>CONTEÚDO</b>	Oficina de casos.
<b>CARGA HORÁRIA</b>	12 horas
<b>OBJETIVOS</b>	Expor as novas magistradas e magistrados aos debates acerca do alcance da independência funcional e seu impacto nas rotinas profissionais.



<b>EMENTA</b>	<p>Examinar casos distintos relacionados com as práticas profissionais da magistratura, cujos conteúdos podem versar sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Decisões divergentes como produto do trabalho realizado por assistentes e delegação de atividades jurisdicionais a assistentes.</li> <li>✓ Recusa de progressão para assumir titularidade de vara do trabalho.</li> <li>✓ Adiamento de pauta de audiências e prejuízos ao jurisdicionado.</li> <li>✓ Interação com outros profissionais dentro e fora do espaço institucional e impactos sobre a atuação judicial.</li> <li>✓ Críticas à administração do TRT de atuação e a outros Tribunais.</li> </ul>
<b>LABORATÓRIO DE ETICIDADE</b>	
<b>CONTEÚDO</b>	Cinema & Debate.
<b>CARGA HORÁRIA</b>	4 horas
<b>OBJETIVOS</b>	Expor as magistradas e os magistrados ao dilema da decisão e discutir suas possíveis consequências.
<b>EMENTA</b>	Analisar filmes.

<b>EIXO ALTERIDADE</b>	
<b>RELACIONAMENTO INTERPESSOAL</b>	
<b>CONTEÚDO</b>	Diálogos com juízes substitutos, juízes titulares, desembargadores, servidores, terceirizados e estagiários.
<b>CARGA HORÁRIA</b>	6 horas
<b>OBJETIVOS</b>	Compartilhar o sentido coletivo da profissão, explicitando formas de cooperação e diálogo entre diferentes protagonistas do trabalho judicial.



<b>EMENTA</b>	Diálogos com juízes substitutos, juízes titulares, desembargadores, servidores, terceirizados e estagiários.
<b>RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL</b>	
<b>CONTEÚDO</b>	Relacionamento com a Presidência e a Vice-Presidência do TRT, com a Ouvidoria e Escola Judicial Regional.
<b>CARGA HORÁRIA</b>	3 horas
<b>OBJETIVOS</b>	Examinar as formas de relacionamento e as relações das atividades das magistradas e magistrados com a Presidência do TRT, Ouvidoria e Escola Regional.
<b>EMENTA</b>	Relacionamento com a Presidência e Direção Geral do TRT, Ouvidoria e Escola Regional: vitaliciamento, manifestações dos usuários (reclamações e elogios), formação inicial e continuada (carga horária mínima, afastamentos para formação profissional).
<b>RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL</b>	
<b>CONTEÚDO</b>	Relacionamento com a Corregedoria Regional e os Setores de Gestão de Pessoas, Informática e Polícia Judicial.
<b>CARGA HORÁRIA</b>	3 horas
<b>OBJETIVOS</b>	Examinar as formas de relacionamento e as relações das atividades das magistradas e magistrados com a Corregedoria Regional e com os Setores de Gestão de Pessoas, Informática e Polícia Judicial.
<b>EMENTA</b>	Relacionamento com a Corregedoria Regional e com os Setores de Gestão de Pessoas, Informática e Polícia Judicial: estágio probatório e vitaliciamento, provimentos e normas, designações, controle de prazos, férias, assistente de juiz substituto, e-gestão, metas e estatísticas, segurança institucional, controle de riscos.
<b>INVISIBILIDADE PÚBLICA</b>	
<b>CONTEÚDO</b>	Invisibilidade pública.



<b>CARGA HORÁRIA</b>	3 horas
<b>OBJETIVOS</b>	Compartilhar diferentes experiências de trabalho subalterno e a invisibilidade de seus agentes por meio de seus relatos.
<b>EMENTA</b>	Invisibilidade pública.
<b>LABORATÓRIO DE ALTERIDADE</b>	
<b>CONTEÚDO</b>	Oficina de casos.
<b>CARGA HORÁRIA</b>	8 horas
<b>OBJETIVOS</b>	Expor magistradas e magistrados às dificuldades das relações com os Outros e os sentidos da alteridade, bem como da construção da igualdade e do exercício da cidadania.
<b>EMENTA</b>	Examinar casos distintos relacionados com os sentidos e as práticas das interações com os Outros, cujos conteúdos podem versar sobre: <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O trabalho judicial invisível (dos servidores e terceirizados) e seu parco reconhecimento institucional.</li> <li>✓ A difícil interação com pessoas surdas ou com deficiência auditiva e outras necessidades especiais.</li> <li>✓ Os diferentes dissensos possíveis entre juízes titulares e substitutos no exercício da jurisdição.</li> <li>✓ O uso de elevador privativo.</li> </ul>
<b>LABORATÓRIO DE ALTERIDADE</b>	
<b>CONTEÚDO</b>	Trabalho de campo.
<b>CARGA HORÁRIA</b>	8 horas
<b>OBJETIVOS</b>	Facultar às magistradas e magistrados a realização de uma observação incógnita da vida forense, em especial, das audiências e dos diferentes comportamentos que nelas ocorrem.



<b>EMENTA</b>	Visita exploratória do foro trabalhista, com obrigação de assistir audiências e escrever um pequeno diário de campo.
<b>LABORATÓRIO DE ALTERIDADE</b>	
<b>CONTEÚDO</b>	Cinema & Debate.
<b>CARGA HORÁRIA</b>	4 horas
<b>OBJETIVOS</b>	Expor as magistradas e magistrados às dificuldades das relações com os Outros e os sentidos da alteridade, bem como da construção da igualdade e do exercício da cidadania.
<b>EMENTA</b>	Exibição de filme sobre o tema seguido de debate.

<b>EIXO RESOLUÇÃO DE CONFLITOS</b>	
<b>PADRÕES DE LITIGÂNCIA</b>	
<b>CONTEÚDO</b>	Litigância repetitiva (grandes litigantes).
<b>CARGA HORÁRIA</b>	3 horas
<b>OBJETIVOS</b>	Examinar os padrões de litigância repetitiva regional com ênfase nos grandes litigantes regionais.



<b>EMENTA</b>	<p>Litigância repetitiva regional. Litigantes eventuais e habituais. Grandes litigantes e mapas econômicos regionais.</p> <p>Especificidades da litigiosidade repetitiva. Benefícios e malefícios experimentados pelos ‘players’ e as externalidades negativas da procrastinação judicial do inevitável.</p> <p>Gestão de demandas repetitivas. O papel do Juiz e da Justiça na gestão e na redução de demandas repetitivas. Meios alternativos de resolução de conflitos da litigância repetitiva.</p> <p>Padronização das soluções de resolução de conflitos em demandas repetitivas.</p> <p>Jurisprudência consolidada.</p>
<b>PADRÕES DE LITIGÂNCIA</b>	
<b>CONTEÚDO</b>	Litigância repetitiva setorial.
<b>CARGA HORÁRIA</b>	3 horas
<b>OBJETIVOS</b>	Examinar os padrões de litigância repetitiva regional com ênfase em seus diferentes setores econômicos.
<b>EMENTA</b>	<p>Litigância repetitiva regional por setores econômicos – bancários, rodoviários, portuários, telefonia, terceirização (administração pública e atividades privadas), dentre outras – e sua correlação com os mapas econômicos setoriais e regionais.</p>
<b>PADRÕES DE LITIGÂNCIA</b>	
<b>CONTEÚDO</b>	Jurisprudência regional consolidada.
<b>CARGA HORÁRIA</b>	3 horas
<b>OBJETIVOS</b>	<p>Examinar a jurisprudência consolidada nacional e regional por meio das súmulas regionais, e adoção de banco de súmulas e do banco de boas práticas conciliatórias, e o Banco Nacional de Conciliadores Trabalhistas.</p>



<b>EMENTA</b>	Jurisprudência consolidada. Uniformização de jurisprudência e súmulas regionais e nacionais. Banco de súmulas nacionais e regionais. Banco de melhores práticas conciliatórias na Justiça do Trabalho. Grupo Nacional de Uniformização de Precedentes e Recomendações sobre Resolução de Conflitos da Justiça do Trabalho. Banco Nacional de Conciliadores Trabalhistas.
<b>CONCILIAÇÃO, ARBITRAGEM E MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS</b>	
<b>CONTEÚDO</b>	Conciliação e mediação.
<b>CARGA HORÁRIA</b>	6 horas
<b>OBJETIVOS</b>	Examinar as dificuldades da solução adjudicatória e sensibilizar a magistrada e o magistrado para as possibilidades inscritas nos meios alternativos de resolução de conflitos e seu impacto na efetividade da prestação jurisdicional, bem como relacionar as estratégias e práticas de gestão do conflito com o empoderamento cidadão e a expansão da democracia, e sua condução ética no contexto de partes desiguais e das inovações tecnológicas no âmbito da conciliação.
<b>EMENTA</b>	Técnicas em conciliação e mediação. Conciliação e Mediação ‘ <i>on line</i> ’, o uso das plataformas disruptivas e a utilização da automação conciliatória (uso de <i>bot</i> para a conciliação). O metaverso e a resolução de conflitos trabalhistas em ambiente virtual. O <i>Visual Law e Legal Design</i> na resolução de conflitos trabalhistas: uma nova linguagem argumentativa de convencimento? Atuação nas Varas e nas Secretarias/Coordenadorias de Apoio às Execuções Trabalhistas, NUPEMEC-JT e CEJUSC-JT. Processos formativos específicos.
<b>LABORATÓRIO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS</b>	
<b>CONTEÚDO</b>	Oficina de casos.
<b>CARGA HORÁRIA</b>	8 horas



<p><b>OBJETIVOS</b></p>	<p>Expor as magistradas e magistrados às dificuldades do processo decisório não adjudicatório, proporcionando uma reflexão sobre o protagonismo de seus diferentes participantes e os limites éticos de sua atuação no contexto de partes desiguais</p>
<p><b>EMENTA</b></p>	<p>Examinar casos distintos relacionados com mecanismos de resolução de conflitos, cujos conteúdos podem versar sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Escuta ativa, acolhimento das partes e o uso do princípio da alteridade recíproca na fase inicial de procedimento conciliatório.</li> <li>✓ Incidentes na homologação de acordo de casos submetidos ao CEJUSC-JT.             <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ A resistência descabida e desproporcional de uma das partes e/ou advogado ao acordo proposto.</li> <li>✓ A antecipação de prova durante o processo de negociação do acordo.</li> </ul> </li> <li>✓ A inclusão de medidas não pecuniárias e pecuniárias nos termos do acordo e suas formas de execução.</li> <li>✓ Limites éticos da atuação do juiz na condução da conciliação judicial e na supervisão de atuação em CEJUSC-JT.</li> <li>✓ Proatividade do juiz na garantia do equilíbrio entre as partes materialmente desiguais nos litígios individuais trabalhistas.</li> </ul>
<p><b>LABORATÓRIO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS</b></p>	
<p><b>CONTEÚDO</b></p>	<p>Prática simulada.</p>
<p><b>CARGA HORÁRIA</b></p>	<p>8 horas</p>
<p><b>OBJETIVOS</b></p>	<p>Expor as magistradas e magistrados às dificuldades da conciliação e mediação, proporcionando uma reflexão em torno de seus diferentes resultados, bem como expor às incertezas do processo adjudicatório e as múltiplas possibilidades de valoração da prova.</p>



<b>EMENTA</b>	<p>Audiência de conciliação simulada e técnicas de conciliação judicial. Audiência de instrução simulada e técnicas de interrogatório. Laboratório de inspeção judicial e atos judiciais fora da audiência. Atuação em mediação. Diferentes interpretações para fatos idênticos. Valoração da prova. Provas Digitais e suas aplicações no processo de autocomposição trabalhista. Uso de ferramentas digitais de pesquisas patrimoniais para a conciliação. Blindagem patrimonial. Lides simuladas. Mediação pré-processual.</p>
<b>LABORATÓRIO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS</b>	
<b>CONTEÚDO</b>	Visitas contextualizadas.
<b>CARGA HORÁRIA</b>	4 horas
<b>OBJETIVOS</b>	Possibilitar o conhecimento das estruturas institucionais de mecanismos alternativos de resolução de conflitos.
<b>EMENTA</b>	Visita exploratória do NUPEMEC-JT e CEJUSC-JT, de Núcleos de Investigação Patrimonial, de Juízos de Precatório e outras unidades especializadas.

<b>EIXO DIREITO &amp; SOCIEDADE</b>	
<b>GÊNERO</b>	
<b>CONTEÚDO</b>	Padrões decisórios, padrões quantitativos e/ou qualitativos.
<b>CARGA HORÁRIA</b>	3 horas
<b>OBJETIVOS</b>	Examinar o impacto do gênero sobre as formas de atuação da magistratura e analisar a participação feminina no Poder Judiciário.
<b>EMENTA</b>	Poder Judiciário e equidade de gênero. Diálogo com juízas e suas diferentes trajetórias pessoais e profissionais.
<b>ACCOUNTABILITY</b>	



<b>CONTEÚDO</b>	Escrutínio público.
<b>CARGA HORÁRIA</b>	3 horas
<b>OBJETIVOS</b>	Examinar e avaliar o escrutínio público das decisões judiciais.
<b>EMENTA</b>	Escrutínio público. Diálogo com profissionais da imprensa com experiência em jornalismo judiciário.
<b>TECNOLOGIA</b>	
<b>CONTEÚDO</b>	Impactos na jurisdição.
<b>CARGA HORÁRIA</b>	3 horas
<b>OBJETIVOS</b>	Examinar os impactos das novas tecnologias na jurisdição.
<b>EMENTA</b>	Mecanismos tecnológicos de auxílio à jurisdição: INFOJUD, BACENJUD, RENAJUD e outros. Princípio da conectividade e produção da prova. Audiências por videoconferência e atos processuais por plataformas virtuais.
<b>ADOCIMENTO E MUNDO DO TRABALHO</b>	
<b>CONTEÚDO</b>	Doenças profissionais, transtornos mentais e vida saudável.
<b>CARGA HORÁRIA</b>	3 horas
<b>OBJETIVOS</b>	Examinar as possibilidades de adoecimento no mundo do trabalho e sensibilizar o juiz para sua interpretação no processo decisório.
<b>EMENTA</b>	Doenças profissionais, transtornos mentais e vida saudável.
<b>SUSTENTABILIDADE E DIREITOS HUMANOS</b>	



<b>CONTEÚDO</b>	Meio ambiente, consumo sustentável, Direitos Humanos e sua efetivação horizontal, práticas internas e leis de operação, usuário-cidadão.
<b>CARGA HORÁRIA</b>	3 horas
<b>OBJETIVOS</b>	Examinar as possibilidades de um meio ambiente sustentável, inclusive no ambiente de trabalho, e sensibilizar a magistrada e o magistrado para uma agenda sustentável, assim como para a importância da efetivação horizontal dos Direitos Humanos.
<b>EMENTA</b>	Meio ambiente, consumo sustentável, Direitos Humanos, práticas internas e leis de operação, usuário-cidadão.
<b>LABORATÓRIO DE DIREITO &amp; SOCIEDADE</b>	
<b>CONTEÚDO</b>	Oficina de casos
<b>CARGA HORÁRIA</b>	16 horas
<b>OBJETIVOS</b>	Expor as magistradas e magistrados às diferentes tensões decorrentes das questões de gênero, sustentabilidade e <i>accountability</i> , bem como ao impacto da tecnologia na profissão.



<b>EMENTA</b>	<p>Examinar casos distintos relacionados com as transformações da profissão, cujos conteúdos podem versar sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ As dificuldades e os possíveis vieses na adjudicação de um caso de assédio moral/sexual.</li> <li>✓ O uso de nome social por um dos litigantes.</li> <li>✓ A litigância de um magistrado em face de um jornalista por conta de matéria por este realizada.</li> <li>✓ A manifestação de um juiz <i>in off</i> em matéria jornalística controversa sobre seu ou outros Tribunais.</li> <li>✓ A penhora online de conta salário.</li> <li>✓ O uso da internet e a produção de prova pelo juiz.</li> <li>✓ Produção e Análise das Provas digitais.</li> <li>✓ A difícil realização de um diagnóstico de doença psicossocial e sua interface com o trabalho.</li> <li>✓ A métrica indenizatória em caso de acidente de trabalho e sua possibilidade de execução.</li> </ul>
<b>LABORATÓRIO DE DIREITO &amp; SOCIEDADE</b>	
<b>CONTEÚDO</b>	Cinema & Debate
<b>CARGA HORÁRIA</b>	4 horas
<b>OBJETIVOS</b>	Expor as magistradas e magistrados a uma reflexão sobre sustentabilidade, meio ambiente e Direitos Humanos.
<b>EMENTA</b>	Exibição de filmes e documentários seguida de debates.